

## ÁGUA SOBE, TERRA DESCE: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM ÁREAS DE RISCO NA REGIONAL INDUSTRIAL EM CONTAGEM – MG

*<sup>1</sup>Flávio Moreira da Silva*

### **Resumo**

O presente artigo tem como intuito de apresentar um breve panorama das políticas públicas das áreas de risco do município de Contagem, Minas Gerais, Brasil. Os municípios brasileiros, nas últimas décadas, têm se dedicado nas discussões acerca da gestão das áreas de risco e desastres naturais, porém ainda há muito a se fazer. Desta forma, este artigo busca contribuir com as discussões ainda escassas sobre a temática, a partir do estudo da Lei Municipal 4.623/2013, que cria o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – CMPDC, dentre outras providências em Contagem – MG. A ocupação desordenada do solo em Contagem remonta a segunda metade do século XX, a partir da edificação da Cidade Industrial Juventino Dias – primeiro distrito industrial do estado de Minas Gerais, instalado na década de 1940. Surgindo assim, bairros e aglomerados desprovidos de equipamentos urbanos, ocupando localidades que possuem vulnerabilidade natural a desastres naturais – intensificado pela ação antrópica. Assim, pretende-se estabelecer um comparativo entre as diretrizes explicitadas na Lei 4.623/2013 e algumas áreas de risco e desastres naturais da Regional Industrial de Contagem – MG. Portanto, configura-se um estudo de caso, que será subdividido em três etapas: (I) trabalho de gabinete, (II) trabalho de campo, (III) tratamento de dados. Verifica-se que o surgimento dos conselhos de proteção e defesa civil nos municípios brasileiros tem contribuído na gestão das áreas de risco, na qualificação na regulação urbana, resultando assim em cidades harmônicas e sustentáveis.

**Palavras-chave:** Políticas públicas. Áreas de risco. Desastres naturais. Urbanização. Ocupação desordenada.

### **1. INTRODUÇÃO**

O presente artigo científico tem como objetivo estabelecer um comparativo entre as diretrizes presentes na Lei Municipal nº 4.623, de 15 de outubro de 2013 e o estudo de caso da Regional Industrial. A presente Lei cria o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, institui o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil e dá outras providências. O CMODC é um órgão colegiado, consultivo, deliberativo e fiscalizador, que procura desenvolver e instituir instrumentos de participação social, no intuito de fiscalizar a Administração e Gestão

---

<sup>1</sup> Aluno da graduação de Licenciatura em Geografia, na Faculdade Pedro II. Belo Horizonte, Minas Gerais.

Municipal, reduzindo os desastres e adquirir apoio às comunidades vulneráveis, implantando modelos flexíveis possibilitando maior agilidade na mitigação dos desastres naturais.

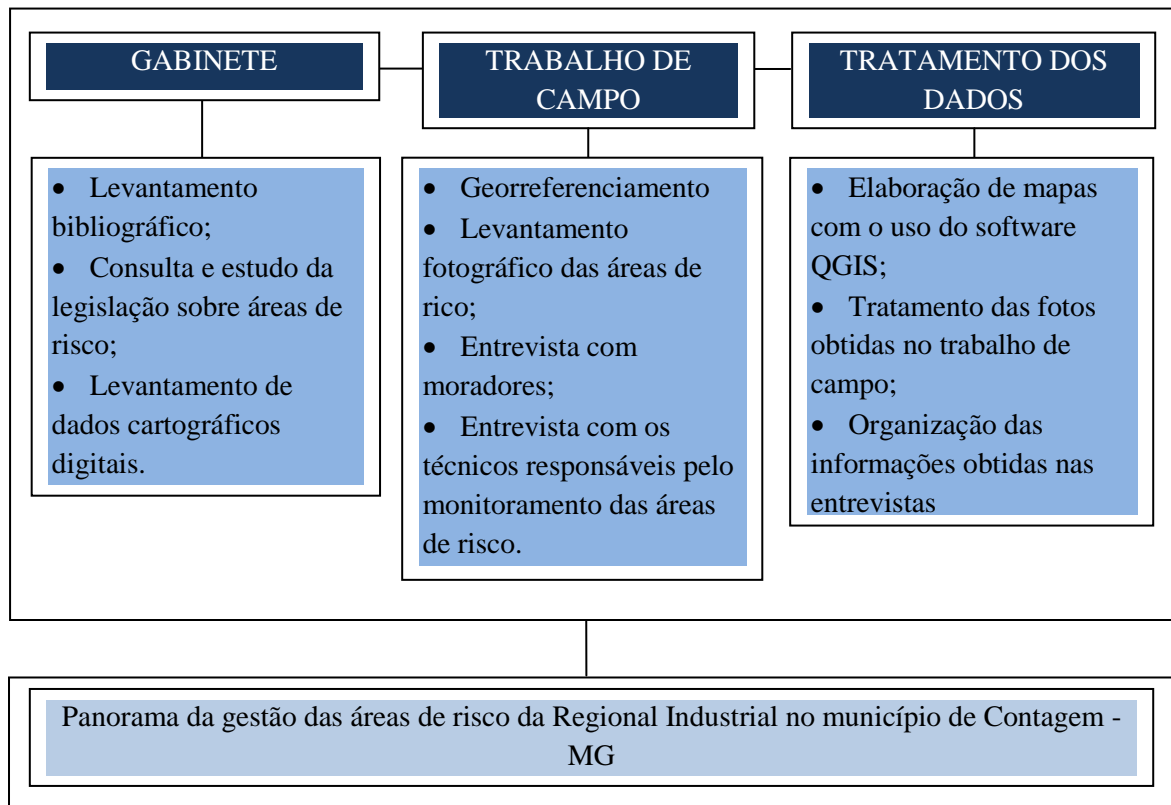
No município de Contagem a ocupação desordenada do solo possui o seu nascedouro na segunda metade do século XX, devido ao acelerado processo de urbanização originado e alavancado pela instalação da Cidade Industrial Juventino Dias. Acarreta assim, o surgimento de ocupações desordenadas ou Áreas de Relevante Interesse Social (ARIS). As ações antrópicas na contemporaneidade têm provocado desequilíbrios principalmente na zona urbana, onde reside expressiva parcela da população, expondo estas localidades vulneráveis a riscos.

No entanto, a produção científica referente às áreas de risco e as políticas públicas ainda é inexpressiva no município, mesmo com números significantes de áreas vulneráveis a movimentos de massa e inundações. A pesquisa se alicerça no estudo de caso da Regional Industrial em Contagem - MG, com análise *in loco*, baseada no método quali-quantitativo, utilizando-se da pesquisa bibliográfica, levantamento e elaboração de produtos cartográficos, além de dados de órgãos públicos municipais referentes a áreas de risco.

No Brasil, recentemente, as políticas públicas voltadas a gerir, solucionar e a mitigar a ocupação de áreas de risco foram se intensificando através de leis e decretos municipais sancionadas, com o intuito de reduzir o avanço da ocupação em áreas de vulnerabilidade natural. O enfrentamento destes sinistros tornou-se mais evidente através de medidas preventivas que auxiliam na gestão de risco, amenizando os transtornos decorrentes de inundações, enchentes e movimentos de massa. Desta forma, a partir de uma visão pluralista da Geografia, pretende-se contribuir com o aprimoramento da gestão de áreas de risco do município de Contagem, e incentivar o surgimento de pesquisas nas escala de detalhe, sobre a temática.

## **2. METODOLOGIA**

A presente pesquisa se alicerça no estudo de caso da Regional Industrial, localizada no município de Contagem – MG. Assim foram definidas três etapas primordiais para a elaboração deste artigo científico: (I) Gabinete, (II) Trabalho de campo e (III) Tratamento de Dados. As etapas estão descritas, no fluxograma a seguir:



**Figura 1: Organograma da metodologia.**

**Fonte: Flávio Moreira da Silva, 2015.**

Na primeira etapa também denominada de gabinete foi realizado o levantamento bibliográfico utilizado como referencial teórico as obras: Política social: fundamentos e história de BEHRING e BOSCHETTI (2011); Geomorfologia e meio ambiente organizado por GUERRA e CUNHA (2006); Geomorfologia urbana organizado por GUERRA (2011); Geografia do Brasil organizado ROSS (2011); Desastre naturais: conhecer para prevenir, organizado por TOMINAGA, SANTORO e AMARAL (2007); Os risco: o homem como agressor e vítima do meio ambiente de VEYRET (2007). Dentre os artigos científicos utilizaremos: Política pública: discussão de conceitos de LIMA (2012); A implementação de políticas públicas para o gerenciamento de áreas de riscos: ação da Defesa Civil do Distrito Federal (DF) de MENDES e ORLANDO (2014); Construção de indicadores antrópicos de áreas de risco a escorregamentos para subsidiar ações, políticas públicas e o gerenciamento de riscos no município de São José dos Campos de SANTOS, MENDES e VALÉRIO FILHO (2015); Análise das políticas públicas na mitigação de riscos naturais e antrópicos no município de Teófilo Otoni – MG de SILVA (2014) e Políticas públicas: uma revisão de literatura de SOUZA (2006).

Contudo, também utilizaremos como referência a Lei Municipal nº 4.623, de 15 de outubro de 2013, que cria o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil e dá outras providências; carta de suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa e inundações: município de Contagem – MG, escala 1:25.000 da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (2014); o Mapa de solos do estado de Minas Gerais: legenda expandida da Universidade Federal de Viçosa *et. al* (2010); ATLAS escolar, histórico, geográfico e cultural: Contagem – MG produzido pela Acervo Cultural, além de dados cartográficos digitais cedidos pela Prefeitura Municipal de Contagem.

Na segunda etapa realizamos o trabalho de campo que teve o intuito de conhecer a Regional Industrial, objeto de estudo, onde foi coletado dados referentes ao posicionamento das áreas de risco, com a utilização do GPS Garmin, modelo 60 CSx, com precisão de 3 metros. As fotos das áreas foram tiradas com a utilização de máquina fotográfica Kodak Easy Share C713. Para a coleta das entrevistas foi utilizado um questionário previamente estabelecido, aplicado a moradores com moradores e com os técnicos responsáveis pelo monitoramento de áreas de risco.

Na terceira e última etapa, no tratamento de dados, todas as informações coletadas na etapa dois passaram por revisão e tratamento. Para tal, foram utilizados os seguintes softwares: Word, Excel, Track Maker e QGIS. Sendo assim, será utilizada uma abordagem de análise quali-quantitativa, sempre direcionada na qualidade e quantidade das informações obtidas. Esses instrumentos surgem como melhor alternativa para auxiliar no êxito do respectivo artigo.

### **3. LOCALIZAÇÃO E SITUAÇÃO GEOGRÁFICA**

A Regional Industrial localiza-se no sudeste do município de Contagem, que por sua vez, está inserida na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). A referida regional, objeto de estudo deste artigo possui uma área de 10.712, 53 km<sup>2</sup>, abrangendo 18 bairros, 17 vilas, 2 conjuntos habitacionais e 1 distrito industrial (CONTAGEM, 2014). É limítrofe as seguintes regionais: Eldorado e Riacho (Contagem – MG); Barreiro, Noroeste e Oeste (Belo Horizonte – MG). A região possui uma população de 74.553 (12, 4% do município), e uma densidade demográfica de 6.959, 42 hab./km<sup>2</sup> (CONTAGEM *apud* IBGE, 2014).

Devido a sua posição estratégica e seu alto grau de urbanização a região possui número expressivo de vias. Dentre as principais: Rodovia BR-381, as avenidas; Alvarenga

Peixoto, Babita Camargos, Cardeal Eugênio Pacelli, Coronel Benjamin Guimarães, General David Sarnoff, Juscelino Kubistchek, Teresa Cristina e Tito Fulgêncio além da Rua Tiradentes.



**Figura 1: BR-381 no bairro Inconfidentes.**  
Fonte: Flávio Moreira da Silva, 2015.



**Figura 2: Avenida Cardeal Eugênio Pacelli na Cidade Industrial.**  
Fonte: Flávio Moreira da Silva, 2015.

As áreas verdes ficam restritas as 23 praças que se encontram em toda regional, dentre as principais praças podemos citar: Antônio Mourão Guimarães (Praça da CEMIG); Louis Ensch; dos Trabalhadores, Adelaide de Castro, São José Operário e das Bandeiras. Entretanto a maior área verde é o Parque Ecológico Recreativo José Lucas Filho que preserva uma área de mata de galeria com uma flora frondosa, verdejante e densa que protege uma das nascentes do córrego Santa Cruz.

### **3.1 GEOLOGIA e GEOMORFOLOGIA**

Segundo BRASIL (2014) a geologia da localidade é composta de gnaisse, granodiorito e migmatito, o relevo é composto principalmente por colinas e em menor expressão morretes e planícies e terraços fluviais.

O município de Contagem está situado na unidade de relevo Depressão Sanfranciscana, denominada de Depressão Periférica de Belo Horizonte. Segundo GIOVANNETTI & LACERDA, (1996) é caracterizada como região muito baixa localizada entre a zona de contato entre terrenos sedimentares e rochas cristalinas.

A geomorfologia é composta por colinas côncavo-convexas, originadas na Serra do Curral e estendidas às proximidades dos municípios de Vespasiano, Pedro Leopoldo, Betim e

Santa Luzia; em geral as altitudes variam entre 900 e 1.000 metros, com declividades predominantes nas faixas entre 12% e 50 %, não superiores a 50%”. Desta forma, a região de maior altitude se encontra no Morro Vermelho, com 1.047 m, contudo a menor altitude se encontra no ribeirão Arrudas, com 894m (CONTAGEM, 2009).

### 3.2 FORMAÇÕES SUPERFICIAIS

Para a Agência Embrapa de Informação Tecnológica (2015), os solos da região possuem baixa fertilidade (distróficos), com elevados índices de alumínio, prejudicando o desenvolvimento das raízes de espécies invasoras da flora. Além disso, possuem argila de alta atividade, propensos ao processo de voçorocamento. Segundo a UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA *et. al.* p. 36, 2010:

ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO distrófico típico A moderado textura média/argilosa + LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO distrófico típico A moderado textura argilosa + CAMBISSOLO HÁPLICO distrófico típico A moderado textura siltosa-argilosa; todas fase floresta subcaducifólia, relevo ondulado e forte ondulado.

### 3.3 HIDROGRAFIA

Os recursos hídricos da regional em sua maioria se encontram canalizados e/ou retificados formando importantes corredores viários, devido ao intenso processo de urbanização, esses córregos vertem em direção ao norte e a oeste. Para GUERRA citado por BOTELHO (2011) as ações antrópicas reduzem a infiltração das águas pluviais, favorecendo o escoamento acelerado atingindo o exultório de forma concentrada, aumentando consideravelmente o número enchentes e inundações, como as regiões do ribeirão Arrudas e do córrego do Ferrugem.

Os principais córregos são: Alvarenga Peixoto<sup>2</sup>; Barraginha; Coronel Vicente Ferreira Carneiro<sup>2</sup>; Costa Capanema<sup>2</sup>; do Ferrugem; Dorinato Lima<sup>2</sup>; Jatobá; Morro Vermelho e Santa Cruz ou Vila Rica. Estes córregos são importantes contribuintes da bacia hidrográfica do Arrudas (ATLAS, 2009), ribeirão que percorre a regional, afluente da margem esquerda do rio das Velhas.

### 3.4 CLIMA

O clima é classificado como tropical de altitude (Cwb) segundo ATLAS (2009), apresentando verões quentes e chuvosos e invernos frios e secos. A precipitação média anual é 1.397 mm, sendo os meses de novembro (207 mm), dezembro (310 mm) e janeiro (289 mm), entretanto os meses de menor precipitação são junho (12 mm), julho (9 mm) e agosto (14 mm). As temperaturas giram em torno de 16,6°C média mínima e 24°C média máxima CLIMA TEMPO, (2015).

### 3.5 VEGETAÇÃO

A região se encontra em uma área pertencente ao domínio morfoclimático de Cerrado. No município podemos encontrar três tipos de formações florestais do Cerrado: mata ciliar, mata de galeria e cerradão. Para Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (2015), as formações florestais do Cerrado caracterizam-se por ter plantas arbóreas-arbustivas, retorcidas, verdes, semidecíduas e suberosas.

Segundo ROSS *apud* CONTI & FURLAN (2011) dos solos poucos férteis as savanas brasileiras continuam a ser progressivamente transformada em pastagens e em extensos campos de monocultura, além do adensamento populacional dos municípios inseridos neste bioma nas últimas décadas. Atualmente o Cerrado se encontra na lista dos biomas com maior biodiversidade ameaçados de extinção (*hotspots*).

No Regional Industrial a situação é semelhante existindo pequenas áreas de remanescentes, devido o uso e ocupação do solo alavancado pelo processo de urbanização, que degradou os pequenos fragmentos de vegetação presente nas antigas fazendas do extremo sul do município.

## 4. ASPECTOS URBANOS E DEMOGRÁFICOS

A relação homem-meio na contemporaneidade surge como principal objeto de estudo do geógrafo, tendo este papel fundamental na análise e compreensão da transformação da paisagem e na constante construção do espaço geográfico (SANTOS, 2011). O homem torna-

se agente modificador e modelador do meio, buscando a constante transformação em seu benefício.

Estas alterações têm sido efetuadas a nível mundial, porém são mais proeminentes nas regiões onde ocorrem ocupações desordenadas das terras/ e ou onde a necessidade de sobrevivência predomina sobre os fatores econômicos, sociais e ambientais. A degradação decorrente das modificações ambientais, induzidas pelo homem, no processo de utilização dos recursos naturais com ocupação de áreas inadequadas para urbanização (GUERRA & CUNHA *apud* PALMIERI & LARACH, p. 89, 2006).

A partir do terceiro quartel do século XX, o poder de modificação da paisagem decorrente do processo de urbanização ganha destaque no cenário mundial. O Brasil em poucas décadas transforma-se em um país extremamente urbanizado. Com uma população majoritariamente citadina, as problemáticas que abrangem o espaço urbano ficam mais nítidas e evidente, edificado através de um crescimento desordenado, principalmente nas denominadas áreas de risco: encostas de vertentes e as planícies de inundação, provocando desastres naturais, gerando perdas humanas e econômicas (ROSS, 2011).

Para GUERRA citado por GUERRA (2011) a ação antrópica ocupa e transforma as unidades de relevo transformando a paisagem “natural” em paisagem cultural, a intervenção humana podem causar grandes danos ao meio físico e a sociedade. O acelerado processo de urbanização verificado nas últimas décadas, em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, levou ao crescimento das cidades, muitas vezes em áreas impróprias à ocupação, aumentando as situações de perigo e de risco a desastres naturais (TOMINAGA, SANTORO & AMARAL *apud* TOMINAGA, 2009, p. 13). Assim, VEYRET, 2007, p. 11 expõe que:

O risco, objeto social que se define com a percepção do perigo, da catástrofe possível, vem adquirindo lugar de destaque nas sociedades. Para o homem – vítima e agressor do meio ambiente – prevalece um sentimento de insegurança, alimentado pelo próprio progresso da segurança. O risco é assumido, vivido, recusado [...].

O desenvolvimento do município de Contagem e da Regional Industrial está relacionada à instalação do polo industrial da Cidade Industrial. O então governador Benedito Valadares, através da sanção do decreto n° 770, de 20 de março de 1941, promoveu a instalação a Cidade Industrial Juventino Dias em uma área de 270 hectares, na região denominada Ferrugem, distante a 8 km de Belo Horizonte-MG. O projeto possuía traçados em forma hexagonal, inspirada no Distrito Industrial de Canberra, capital australiana, como ilustra as figuras 2 e 3, logo a baixo:





**Figura 3: Cidade Industrial Coronel Juventino Dias na década de 1940.**  
**Fonte: Acervo da Casa de Cultura Nair Mendes Moreira, 2015.**



**Figura 4: Chaminés da Companhia de Cimento Portland Itaú.**  
**Fonte: Acervo da Casa de Cultura Nair Mendes Moreira, 2015.**

Após o restabelecimento da emancipação de Contagem (1948), do êxodo rural e da explosão demográfica o que provocou um aumento populacional considerável nas décadas seguintes. A população na região, no decênio de 1970 era de 88.113 habitantes, ou seja, 79% dos munícipes. (CONTAGEM, 2015).

O processo vertiginoso do uso e ocupação do solo da Regional tornou a região densamente povoada em poucas décadas, através de loteamentos regulares e irregulares. Assim surgiram bairros como: Industrial, Amazonas, São Paulo, Jardim Industrial, Bandeirantes, Inconfidentes, Industrial Santa Rita e Santa Maria; e vilas como: da Paz, Bandeirantes I e II, Itaú, Pedreira Santa Rita, Barraginha, Líder e Pernambuco expressas nas figuras 5 e 6:



**Figura 5: Vista do Conjunto Parque das Mangueiras e Vila Bandeirantes II.**  
**Fonte: Flávio Moreira da Silva, 2015.**

**Figura 6: Vista dos bairros Amazonas, Inconfidentes, Industrial e Industrial Itaú.**  
**Fonte: Flávio Moreira da Silva, 2015**

Fruto do aumento populacional, as ocupações desordenadas do solo fazem parte da realidade dos municípios brasileiros. Em Contagem-MG, estas ocupações podem ser identificadas principalmente em vertentes e planícies de inundação – locais estes com maior incidência de fenômenos naturais de inundação, enchentes e movimentos de massas. Estas condições são verificadas na Regional Industrial.

## **5. POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITOS**

A política pública advém do subcampo da Ciência Política, disseminadas nas universidades dos Estados Unidos, no terceiro quartel do século XX, sendo Lasswell e Lerner pioneiros no desbravamento deste campo do conhecimento (LIMA, 2012). Contudo os mais expoentes nestes estudos foram Easton, Lindblom, Simon e Laswell (SOUZA, 2006).

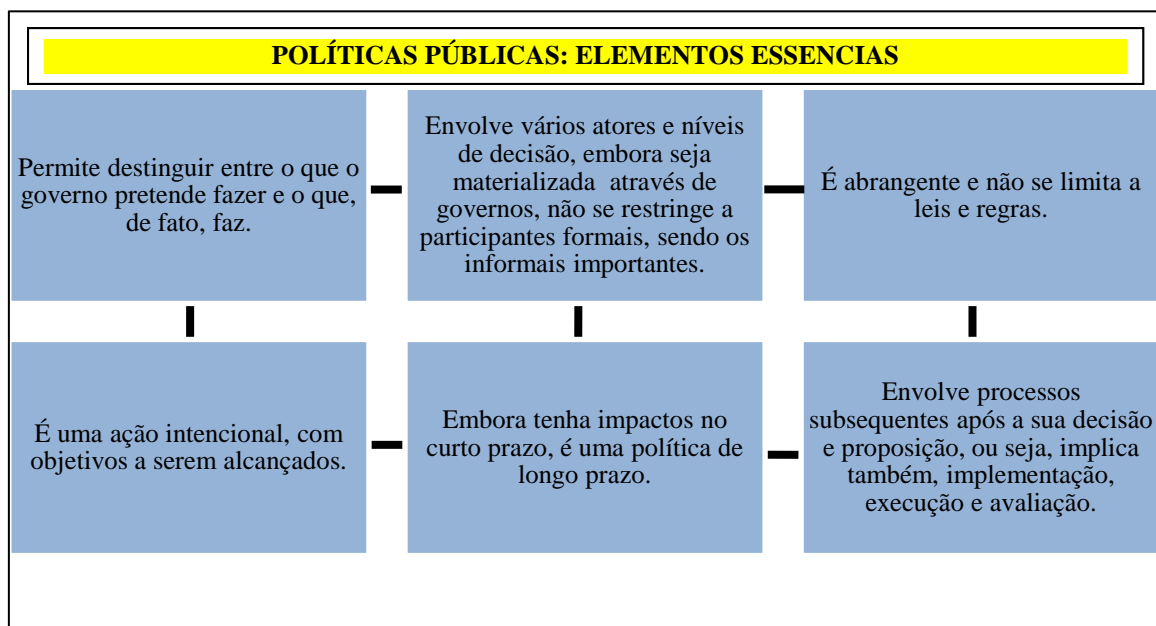
Conceituar o termo Políticas Públicas é um ofício extremamente árduo devido a sua transposição em meio aos diversos campos do conhecimento científico, como ciências sociais aplicadas, geografia, ciência política, sociologia, gestão, planejamento e antropologia (SOUZA, 2006). Ademais as políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, Política, Economia e Sociedade (SOUZA, 2006, p. 25).

Assim encontramos uma infinidade de definições sobre Políticas Públicas sendo segundo Lynn (1980) “como conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos”, ou segundo Peters (1986) “soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos” (SOUZA, 2006). Ainda segundo o referido autor, pode-se então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente).

Seguindo este contexto, as políticas públicas podem ser analisadas através da abordagem estatista ou multicêntrica. A abordagem estatista segundo LIMA citado por SECCHI (2012, p.51) é “analiticamente, monopólio de atores estatais. Segundo esta concepção o que determina se uma política é ou não “pública” é a personalidade jurídica do formulador. Em outras palavras, é política pública somente quando emanada de ator estatal”.

Na abordagem multicêntrica LIMA *apud* HEIDEMANN (2012, p. 51) “A perspectiva de política pública vai além de perspectiva de políticas governamentais, na medida em que o governo, com sua estrutura administrativa, não é a única instituição a servir à comunidade política, isto é, a promover políticas públicas”.

SOUZA (2006) aponta os principais elementos que compõe as diversas definições e modelos de políticas públicas, assim podemos extrair seus principais elementos. O fluxograma 2, a seguir, apresenta o elementos essenciais, criado por Souza, sintetizado e organizado por mim.



**Fluxograma 2: Políticas públicas: elementos essenciais.**  
**Fonte: Flávio Moreira da Silva modificado de SOUZA (2006).**

Desta forma, as Políticas Públicas surgem como instrumentos que auxiliam a tomada de decisões. Promovendo assim, desenvolvimento econômico e ganhos à esfera produtiva. As ações efetuadas pelas Políticas Públicas devem compensar as desigualdades sociais, ampliando e efetivando os direitos do cidadão respaldando as populações vulneráveis (MENDES & ORLANDO, 2014).

## **5. POLÍTICAS PÚBLICAS EM ÁREAS DE RISCO: LEI MUNICIPAL N° 4.623, DE 15 DE OUTUBRO DE 2013**

Na contemporaneidade as Políticas Públicas nos auxiliam em defesa dos direitos do cidadão “nas áreas de educação, saúde, previdência social, cidades, dentre outros (BEHRING

& BOSCHETTI, 2011). As Políticas Públicas na atualidade auxiliam na gestão de riscos geoambientais associados com a ocupação desordenada de localidades naturalmente propensas à ocorrência de movimentos de massa e inundações (SANTOS, MENDES & VALÉRIO FILHO, 2015).

No entanto, há uma necessidade do aprofundamento nos estudos científicos sobre as políticas públicas, principalmente naquelas que abordam o uso e ocupação do solo, o gerenciamento das áreas de risco e o desenvolvimento urbano. Para VEYRET (2007), a gestão dos riscos se concretiza através de políticas públicas e por decisões em termos de ordenar o território, respeitando as áreas propensas aos fenômenos naturais de movimentos de massa, enchentes e inundações. O gerenciamento de desastres é um dos instrumentos de gestão urbana, que integrado a outras políticas públicas, tem finalidade de reduzir, prevenir e controlar de forma permanente o risco de desastres na sociedade (TOMINAGA, SANTORO & AMARAL *apud* FARIA & SANTORO, 2009, p. 163).

Assim analisaremos a política pública sancionada pela Lei Municipal nº 4.623, de 15 de outubro de 2013, que cria o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, cria o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil e dá outras providências. Para CONTAGEM (2013) O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil (CMPDC) é um órgão colegiado, consultivo, deliberativo e fiscalizador, que procura desenvolver e instituir instrumentos de participação social, concedendo poder e voz aos entes público, privados organização não governamentais (ONGs) e sociedade civil organizada, no intuito de fiscalizar a Administração e Gestão Municipal, reduzindo os desastres e adquirir apoio às comunidades vulneráveis, implantando modelos flexíveis possibilitando maior agilidade na mitigação dos desastres naturais ou antropogênicos, reduzindo assim perdas humanas e materiais.

Assim, os membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil têm como objetivos:

I – planejar juntamente com a Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil e lideranças comunitárias, ações integradas que resultem na prevenção e melhoria da qualidade de vida dos munícipes;

II – viabilizar, juntamente com Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil, ações que visem monitorar e reestruturar as áreas de risco e vulneráveis, com o intuito de minimizar desastres naturais ou provocados pelo homem;

III – propor programas de instrução e divulgação de ações de autoproteção e monitoramento às comunidades, inclusive estabelecendo parcerias, visando à criação

de projetos e realização de campanhas educativas de interesse da redução de desastres;

IV – recomendar eventos comunitários que tenham por finalidade conscientizar a comunidade sobre o papel de Proteção e Defesa Civil, permitindo, assim, a inserção dos cidadãos na discussão acerca da proteção e Defesa Civil do Município;

V – avaliar e opinar sobre:

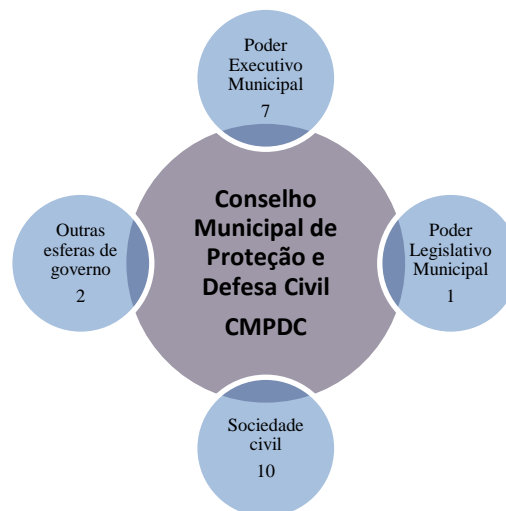
a) o Plano Diretor Municipal de Proteção e Defesa Civil, considerando as diretrizes básicas fixadas na respectiva política municipal;

b) os Planos de Contingência que visem o monitoramento e redução de desastres no Município;

c) os instrumentos de estímulo ao desenvolvimento das ações de Proteção e Defesa Civil;

d) os programas projetos a serem implantados pelo Poder Executivo relacionados à área de Proteção e Defesa Civil. (CONTAGEM, 2013).

O CMPDC por ser órgão colegiado é constituído de 20 membros: 10 representantes da sociedade civil; 7 representantes do Poder Executivo Municipal; 2 representantes de outras esferas de governo e um representante do Poder Legislativo, evidenciado pela figura 3.



**Figura 7: Organograma do CMPDC e seus membros**  
**Fonte: Flávio Moreira da Silva, 2015.**

Podemos observar que a participação da população através de Conselhos é de vital importância na edificação de Políticas Públicas, possuindo papel importante na tomada de decisão. Em entrevista, alguns gestores de Proteção e Defesa Civil do município de Contagem afirmaram que a sociedade civil tem contribuição considerável na elaboração e aplicação de políticas públicas que tratem das áreas de risco.

Segundo BEHRING e BOSCHETTI (2011) os conselhos possuem potencialidades como arenas de discussão e negociação de propostas e projetos e ações, beneficiando milhares de pessoas inseridas em determinada localidade. Os conselhos surgem como elemento fundamental na para a participação, social e na construção de uma sociedade cidadã e democrática.

[...] A participação social promove transparência na deliberação e visibilidade das ações, democratizando o sistema decisório; a participação social permite maior expressão e visibilidade das demandas sociais, provocando um avanço na promoção da igualdade e da equidade nas políticas públicas; a sociedade, por meio de inúmeros movimentos e formas de associativismo, permeia as ações estatais na defesa e alargamento de direitos, demanda ações e é capaz de executá-las no interesse público (SILVA, JACCOUD e BEGHIN *apud* BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 178).

## 6. CONSIDERAÇÕES

Através deste artigo, podemos elucidar a relevância das políticas públicas voltadas ao gerenciamento das áreas de risco na Regional Industrial em Contagem – MG, temática ainda pouco abordada no campo científico e de extrema importância para ciência geográfica, devido ao poder transformador da ação humana.

Podemos compreender que o vertiginoso processo de urbanização alavancando pela instalação da Cidade Industrial Juventino Dias provocando o adensamento populacional da Regional Industrial. Assim, surge a ocupação desordenada do solo, principalmente das áreas naturalmente propensas aos fenômenos naturais de movimentos de massa, enchentes e inundações.

A gênese do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, sancionada através da Lei Municipal 4.623/2013, surge como instrumento de participação dos diversos entes da sociedade, auxiliando na edificação de projetos, monitoramento das áreas de risco e na fiscalização da Gestão Municipal. Podemos observar que os conselhos surgem como local de discussão e debate das problemáticas que afligem os municípios, onde a participação social alarga os direitos do cidadão alicerçados na democracia.

## 7. REFERÊNCIAS

ATLAS escolar, histórico, geográfico e cultural: Contagem – MG. Belo Horizonte: Acervo Cultural Brasileiro LTDA, 2009. 78p. Disponível em:

<<http://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/comunicacao/atlascontagem.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. Carta de susceptibilidade a movimentos gravitacionais de massa e inundações: **Contagem - MG**. Brasília: Ministério de Minas e Energia, 2014. 1 carta, color. Escala: 1:25.000. Fonte: <[http://www.cprm.gov.br/suscetibilidade/ipt\\_mg/Contagem\\_MG.pdf](http://www.cprm.gov.br/suscetibilidade/ipt_mg/Contagem_MG.pdf)>. Acesso em: 22 out. 2015.

CONTAGEM. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. **Boletim de Informação de Desenvolvimento Urbano – BIDU**. 2014. Disponível em: <[http://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/downloads/bidu\\_6.1.pdf](http://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/downloads/bidu_6.1.pdf)>. Acesso em: 11 out. 2015.

CONTAGEM. Lei nº 4.623, de 15 de outubro de 2013. Cria o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, institui o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil e dá outras providências. **Diário Oficial de Contagem, Contagem**, 15 out. 2013. Disponível em: <<http://www.contagem.mg.gov.br/?legislacao=289828>>. Acesso em: 20 out. 2015.

GIOVANNETTI, Gilberto; LACERDA, Madalena. **Melhoramentos** – dicionário de geografia: termos, expressões e conceitos. São Paulo: Melhoramentos, 1996.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Árvore do Conhecimento** – Solos Tropicais: Argissolos vermelho-amarelos. Agência EMBRAPA de Informação Tecnológica. Disponível em: <[http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/solos\\_tropicais/arvore/CONT000gn0pzmhe02wx5ok0liq1mqk4130gy.html](http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/solos_tropicais/arvore/CONT000gn0pzmhe02wx5ok0liq1mqk4130gy.html)>. Acesso em: 05 dez. 2015.

---

. **Tipos de vegetação do bioma cerrado**. Agência de Informação EMBRAPA. Fonte: <[http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Agencia16/AG01/arvore/AG01\\_23\\_911200585232.html](http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Agencia16/AG01/arvore/AG01_23_911200585232.html)>. Acesso em: 06 dez. 2015

GUERRA, Antônio José Teixeira (Org.). **Geomorfologia urbana**. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

GUERRA, Antônio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da (Orgs.). **Geomorfologia e meio ambiente**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

LIMA, Waner Gonçalves. **Política pública:** discussão de conceitos. Interface, n. 05, p. 49-54, 2012. Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT26022013171120.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

MENDES, Pedro Paulo Mesquita; ORLANDO, Paulo Henrique Kigma. **A implementação de políticas públicas para o gerenciamento de áreas de riscos:** ação da Defesa Civil do Distrito Federal (DF). Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, v. 02, n. 13, p. 58-70, 2014 Disponível em: <[http://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/gerenciamento\\_de\\_cidades/artic le/view/767/791](http://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/gerenciamento_de_cidades/artic le/view/767/791)>. Acesso em: 18 out. 2015.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches (Org.). **Geografia do Brasil.** 6 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Vânia Aparecida dos; MENDES, Rodolfo Moreda; VALÉRIO FILHO, Mário. Construção de indicadores antrópicos de áreas de risco a escorregamentos para subsidiar ações, políticas públicas e o gerenciamento de riscos no município de São José dos Campos. In: XVI ENANPUR, 2015, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Espaço, planejamento e insurgências. 2015. Disponível em: <[http://xvianpur.com.br/anais/?wpfb\\_dl=384](http://xvianpur.com.br/anais/?wpfb_dl=384)>. Acesso em: 20 out. 2015.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão de literatura.** Sociologias, v. 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

TOMINAGA, Lídia Keiko; SANTORO, Jair; AMARAL Rosangela (Orgs.). **Desastres naturais:** conhecer para prevenir. 1 ed. São Paulo: Instituto Geológico, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA *et. al.* Mapa de solos do estado de Minas Gerais: legenda expandida. Belo Horizonte: Fundação Estadual de Meio Ambiente. 2010. Fonte: <<https://www.yumpu.com/pt/document/view/13517989/mapa-de-solos-do-estado-de-minas-gerais-legenda-expandida>>. Acesso em: 06 dez. 2015.

VEYRET, Yvette (Org.). **Os riscos:** o homem como agressor e vítima do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 2007.